



POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE: O QUE NOS DIZEM OS RELATÓRIOS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

UNEB

angelodantas@gmail.com

Elizeu Clementino de Souza

UNEB

esclementino@uol.com.br

Resumo

O presente texto se propõe a trazer uma reflexão sobre a formação de professores da educação básica, no contexto do Plano Estadual de Educação da Bahia em sua meta 15, como forma de efetivar, por meio do regime de colaboração entre os entes federados, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). O objetivo traçado consiste em analisar a meta 15 do PEE e buscar compreender, a partir dos relatórios de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano, como o Estado da Bahia tem articulado a efetivação das suas ações e políticas de formação inicial e continuada de professores através do Parfor. Para atingir tal objetivo, se fez uma opção metodológica pela pesquisa bibliográfica e documental, de modo que os textos selecionados permitem dialogar com autores sobre a formação de professores (André - 2010, 2012; Gatti - 2011, 2012, 2021; Gatti, Barretto e André 2011; Gatti, Barretto, André e Almeida – 2019; Oliveira – 2019, 2020), bem como, sobre sistemas e Planos de Educação (Saviani, 2010; Souza e Menezes – 2017), a gestão da educação na Bahia (Araújo, Santos e Castro – 2021; Santos - 2022), e sobre as políticas de formação de professores na Bahia (Silva - 2015, 2023; Carvalho, Ferraz e Mororó – 2024; Souza - 2021).

No que diz respeito à pesquisa documental a opção é contemplar um conjunto normativo considerando as leis dos Plano de Educação (Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014; Plano Estadual de Educação da Bahia - Lei nº 13.559/2016), para, em seguida, trazer a Matriz de Acompanhamento da Estrutura do Plano Estadual de Educação – PEEBA, os Relatórios Executivos Monitoramento do PEE – Bahia (2017-2023), o Relatório da Comissão de Monitoramento e Sistematização do Fórum Estadual de Educação da Bahia e o Relatório de Evolução Elaboração Plano Estadual de Educação – Bahia (2016/2026) do Tribunal de Contas do Estados da Bahia.

Em meio às movimentações para a discussão, deliberação e aprovação do novo Plano Nacional de Educação, a partir da sua prorrogação plano 2014-2024 pela Lei nº 14.934/2024, é que nos colocamos diante da possibilidade de refletir sobre a efetivação dos planos de educação dos entes subnacionais,



no caso desse texto, o Estado da Bahia, compreendendo que a política de planos é executada por meio das relações interfederativas, legitimadas pelo federalismo cooperativo que conforma a estrutura do Estado nação brasileiro. No contexto da estrutura do sistema de educação brasileiro, a política de Planos de Educação, ao respeitar a autonomia dos entes federados e o regime de colaboração, seguindo o que estabelece a Constituição Federal - CF em seu artigo 214 e a Lei nº 9.394/1996 em seus artigos 8º, §1º, 9º, I, e 10º, III, concorre para criar as condições de efetivação da gestão democrática da educação no país, e, consequentemente, a valorização dos docentes por meio da elaboração e efetivação de políticas públicas para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Consideramos a política de Planos de Educação (Nacional, Estaduais e Municipais) como uma ferramenta essencial para que o Estado brasileiro, após ouvir a sociedade através do movimento das Conferências de Educação, atue, por meio das políticas de planejamento e dos documentos de gestão, na criação, ampliação e consolidação de políticas educacionais. Para esse texto, os planos são tomados como expressão de um movimento político de tensões democráticas, de modo que os documentos constituídos, ao final das contribuições dos mais diversos segmentos da sociedade, expressa o caminho possível para aquele momento histórico. Aqui tomamos os Planos em seu caráter instrumental, a partir do que nos aponta Saviani (2010, p. 389) ao sinalizar que eles têm o propósito de introduzir a racionalidade nos processos de gestão da educação e na prática educativa como forma de superar o espontaneísmo e as improvisações, deve levar em consideração e compreender que é preciso ter ciência de que há diferentes tipos de racionalidade.

Ao tomar a política de planos de educação em seu caráter instrumental, é que, ao observar o caráter de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, se gerou um movimento de desresponsabilização por parte do Estado da Bahia em criar uma política pública estadual de formação inicial e continuada de professores, de modo que, por uma opção política, o governo do Estado fez a adesão ao PARFOR, o que nos leva a perceber que a Bahia não tem contribuído, de forma consistente, devido as características da sua adesão ao PARFOR, para que se alcance o que estabelece a meta 15 do Plano Nacional de Educação que estabelece que “professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

Palavras-chave: Política de Formação de Professores. Plano Estadual de Educação. Monitoramento dos Planos de Educação.



Referências:

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**. Porto Alegre, PUC/ RS, v. 33, p. 6-18, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/8075>. Acesso em 28 mai.2024.
- ANDRE, Marli. **Políticas e programas de apoio aos professores iniciantes no brasil**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, v. 42, n. ja/abr. 2012, p. 112-129, 2012Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742012000100008>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- ARAÚJO, Maciela Mikaelly Carneiro de; SANTOS, Solange Mary Moreira; CASTRO, Selma Barros Daltro de. Gestão da educação no estado da Bahia: o que revelam os documentos normativos do sistema estadual de educação (1990-2015). **Perspectiva**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 1–20, 2021. DOI: 10.5007/2175-795X.2021.e72161. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/72161>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BAHIA. Secretaria de Educação. **Lei nº. 10.330. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências**. Lei nº. 10.330, 15 set. 2006. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10330-de-15-de-setembro-de-2006>>. Acesso em 30 set. 2018.
- BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 10 jul. 2025.
- CARVALHO, Antônio Pereira de; FERRAZ, Dalvani Magnavita; MORORÓ, Leila Pio. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E GESTORES DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, [S. l.], v. 1, p. 530–543, 2024. Disponível em: <https://anais2.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/1726>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- GATTI, Bernardete Angelina.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá.; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.
- GATTI, B.A; BARRETO, E.S.S; ANDRÉ, M.E.D.A. **Políticas Docentes no Brasil Estado da Arte Brasil**: Unesco, 2011, 300p.
- GATTI, Bernadete A. **Formação de professores e profissionalização: contribuições dos estudos publicados na Rbep entre 1998 e 2011**. *R. Bras. Est. Pedag.* [online]. 2012, vol.93, n.234, pp.423-442. ISSN 2176-6681.
- GATTI, Bernardete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: Desafios. **RBPAE** - v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066>. Acesso em 30 de mai. 2024.
- Gatti, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.
- GATTI, B. A. A pesquisa em Educação e o campo da formação de educadores: : diálogos com Marli André. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 47–56, 2021. DOI: 10.31639/rbfp.v13i28.546.



Disponível em:

<https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/546>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Renê; MORORÓ, Leila Pio. A expansão da formação de professores na Bahia: a avaliação do Parfor por universidades e municípios. *Revista Praxis Educacional*. Vitória da Conquista, v. 11, n. 20 p. 189-208 set./dez. 2015. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/846/718>. Acesso em 10 jul. 2025.

SILVA, Renê. **Formação Inicial de Professores: contradições na articulação dos entes federados para implementação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no Estado da Bahia**. São Paulo, Editora Dialética, 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão do educador: perspectivas globais e comparativas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. POLÍTICAS ITINERANTES DE EDUCAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE: o papel das cúpulas da OCDE e sua recepção no contexto brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2020 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org 85 <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n1.6>. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51980/2/pol%c3%adticasitinerantesdeeduca%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em 12 jul. 2025.

SANTOS, João Paulo Lopes dos. CURRÍCULOS EMPREENDEDORES: A POLÍTICA DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA - PEE (2016-2026) E A TENTATIVA DE MERCANTILIZAÇÃO DO SOCIAL. *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas - TO - v.9, n.21. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7091>. Acesso em 10 de jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KdGRyTzTrq88q5HyY3j9pbz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOUZA, DONALDO BELLO DE; MENEZES, JANAÍNA SPECHT DA SILVA. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 80-81, 2017. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227152>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-00152.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SOUZA, Itamar Silva de. **A política de formação inicial de professores em exercício na Bahia (2007- 2018)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia., Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36293>. Acesso em: 11 de jul. 2025.